

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA POR OCASIÃO DA ABERTURA DO ANO LECTIVO NO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE (ULAN) EM 26 DE FEVEREIRO DE 2018

A DESIGUALDADE SOCIAL

Alves da Rocha

Professor Titular da Universidade Católica de Angola

Director do CEIC

São abundantes os estudos sobre a relação entre crescimento económico e distribuição do rendimento e da riqueza. Stiglitz (*The Price of Inequality*): “A culpa de todo o défice dum economia pode ser atribuída aos extremos de desigualdade” (se em Angola, 20% dos menos pobres transferissem 5% do seu rendimento, a procura aumentaria cerca de 3%, e para um multiplicador do consumo privado de 2, a taxa de crescimento do PIB poderia ser incrementada em 5%).

Num estudo do FMI de 2011 concluiu-se que períodos mais longos de crescimento económico e a criação de economias mais eficientes e produtivas estão fortemente associados a mais igualdade na distribuição do rendimento.: “Há crescente evidência de que grandes desigualdades de rendimentos podem prejudicar a estabilidade macroeconómica e o crescimento”¹.

Ainda do FMI: “Excessive levels of inequality can erode social cohesion, lead to political polarization, and ultimately lower economic growth, but whether inequality is excessive depends on country-specific factors, including the growth context in which inequality arises, along with societal preferences. This Fiscal Monitor focuses on how fiscal policy can help governments address high levels of inequality while minimizing potential trade-offs between efficiency and equity”.²

A produtividade é o indicador básico da saúde dum economia, comandando o seu crescimento, no longo prazo, a evolução dos salários e dos ganhos de bem-estar dos consumidores³. A medição rigorosa da produtividade é uma tarefa complexa, sabendo-se, no entanto, que baixos níveis de produtividade determinam baixos salários⁴.

¹ Fundo Monetário Internacional - *Fiscal Policy and Income Distribution*, 2014.

² IMF – *Fiscal Monitor, Tackling Inequality*, 2017.

³ Pinho, Manuel A. – *Produtividade, o calcanhar de Aquiles da economia portuguesa*, Economia Pura, Janeiro/Febrero 2002.

⁴ Gordon, Robert – *Macroeconomics*, Addison Wesley Logman, Inc. 2000.

Aparentemente, a tendência mundial tem sido para o afrouxamento no ritmo de crescimento da produtividade, com algumas excepções, mormente nos casos em que os investimentos em novas tecnologias ocorrem com alguma frequência e sustentabilidade e onde os mercados são mais flexíveis, permitindo uma melhor – e eventualmente, mais rápida – afectação dos recursos⁵.

Em termos estritamente operacionais, pode considerar-se que a produtividade se identifica com a medida de economia de meios, dizendo-se, então, que se registou um aumento da produtividade quando:

- Se consegue uma maior quantidade de “output” com os mesmos ou menores volumes de inputs (trabalho, capital, matéria-prima, energia).
- Se consegue um mesmo “output” com a utilização de menos “inputs”.

Em termos técnicos, a noção de produtividade apresenta-se sob a forma de produção por unidade de factor, falando-se então de produtividade do trabalho, do capital, das matérias-primas, consoante a variável em referência.

A noção mais corrente de produtividade económica é a de produtividade do trabalho e que está relacionada com a capacidade do factor humano acrescentar valor com o trabalho incorporado na produção e a utilização dos factores de capital afectos à exploração económica⁶.

A Organização Internacional do Trabalho define a produtividade como o montante de produção gerada por uma unidade de factor de trabalho⁷. Para este efeito, produção é assimilada ao Produto Interno Bruto aos preços de mercado. O factor trabalho é medido como o número total de pessoas empregadas, ou o emprego total da economia. Este emprego compreende o quantitativo de pessoas acima de um certo limiar de idade que trabalharam ou tiveram emprego durante um determinado período específico de tempo⁸.

Na promoção da produtividade e do crescimento das economias, o Estado deve:

⁵ Stiglitz aponta os factores seguintes explicativos da produtividade: stock de capital, investimento, poupança, qualidade e qualificação da força de trabalho, realocação dos factores de produção (movimento dos sectores de baixo para os de alto rendimento), o progresso técnico e a inovação (op.cit. páginas 554-559).

⁶ Há uma relação directa entre o desenvolvimento – medido pela capitação do PIB – e a produtividade, passando pela taxa de emprego e por um factor demográfico (normalmente a percentagem da população activa num determinado momento).

⁷ Organização Internacional do Trabalho – Guia Sobre Novos Indicadores de Emprego, Geneve, 2011.

⁸ A variável emprego inclui: pessoas assalariadas (ou com uma remuneração em espécie), pessoas temporariamente ausentes do trabalho (devido a razões tais como, doença, maternidade ou paternidade, férias, formação) e trabalhadores familiares não assalariados que trabalharam pelo menos uma hora. A variável emprego pretende, assim, abranger quem trabalha no mercado formal e informal das economias. Ver OIT, op.cit.

- Fomentar a educação, que a prazo garante incremento sustentado da produtividade e dos salários, sem provocar sobreaquecimento.
- Racionalizar a Administração Pública, tornando-a menos burocratizada mais eficiente e mais amiga dos cidadãos e das empresas⁹.
- Criar sistemas judiciais, de saúde e de segurança social eficientes.
- Criar um clima favorável à atracção de recursos escassos.

Relacionada com a produtividade está a inovação tecnológica, o que leva a considerar outro tipo de correlação incorporada nos equipamentos, nos produtos, na organização institucional e das empresas e no capital humano. Todas as vagas tecnológicas têm aproximadamente a mesma forma, começando por uma inovação fundamental que se vai multiplicando e generalizando a toda a economia, ocasionando outras vagas de menor intensidade até ao seu esgotamento. Entretanto, os trabalhadores aprendem a trabalhar com novos equipamentos, os empresários concebem novos produtos e formas de organização da produção e mais sectores da economia passam a usufruir de melhores condições de trabalho e de vida. Robert Solow – citado em Marilu Hurt McCarthy¹⁰ – compara as determinantes do crescimento económico a um banco de 3 pernas. A primeira é a taxa de poupança e de investimento (indirectamente a taxa de variação do capital nacional), a segunda é a taxa de crescimento demográfico (relacionada com a taxa de variação da força de trabalho) e a última perna é o índice de progresso tecnológico, ou, indirectamente, a produtividade das combinações de capital e mão-de-obra.

Podem ser descritos dois modelos de distribuição do rendimento: um centrado no emprego (no seu aumento sustentado ao longo do processo de crescimento económico, cada vez mais incompatível com as revoluções tecnológicas tendentes a poupar mão-de-obra) e outro articulado em redor da produtividade (esta dicotomia emprego/produtividade é equivalente à contraposição equidade/eficiência).

⁹ Na Indonésia – o novo grande gigante asiático que em 2030 se tornará na 10ª economia mundial com um PIB de 2,9 biliões de dólares (numeração europeia, 2,9 triliões na designação anglo saxónica – obter uma licença de construção leva 3 dias, conforme relata o Le Monde (5 Fevereiro de 2013).

¹⁰ McCarthy, Marilu Hurt – Como os Grandes Economistas Deram Forma ao Pensamento Moderno, Editora Prefácio 2001.



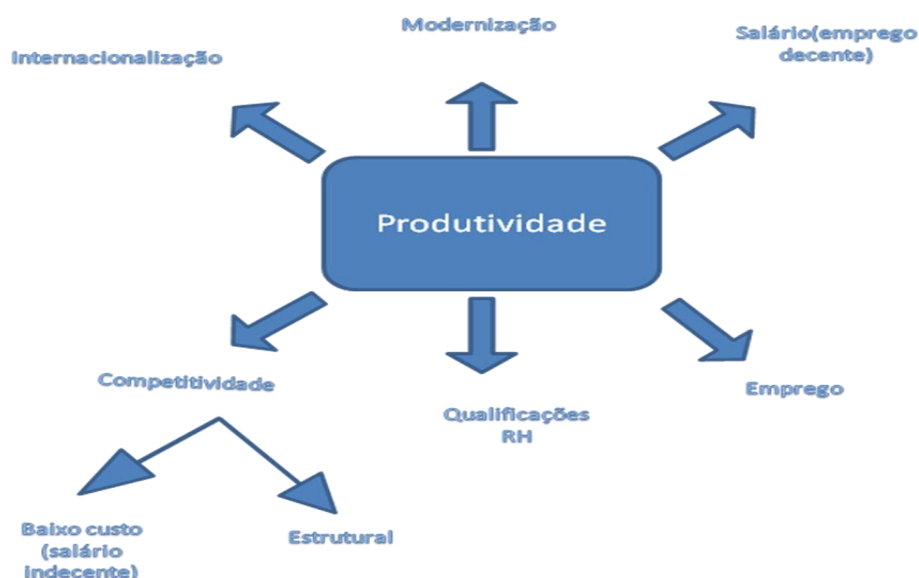
O emprego no centro dos processos de crescimento económico e distribuição do rendimento coloca problemas que contraditam a necessidade de abertura das economias em condições competitivas. Em termos gerais, a maximização da criação de emprego exige processos de produção intensivos em trabalho, potencialmente conflituantes com a substituição das importações, em condições comparáveis de eficiência. Mas, indiscutivelmente, o emprego é a variável macroeconómica mais directamente relacionada com o aumento da participação do factor trabalho no rendimento nacional. Porém, não significa uma melhor repartição a favor de quem tem no trabalho o seu principal (e muitas vezes único) activo, através do qual disputa o seu papel e o seu posicionamento na escala social. A melhor repartição está, invariavelmente, ligada ao salário, por sua vez indexado à produtividade. Bons salários e elevado emprego tornam-se factores indispensáveis para a criação duma massa crítica de procura nacional, sem a qual o investimento privado não desempenha o seu papel de promotor do crescimento da economia.

Nos últimos anos em Angola tem-se notado um decréscimo da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional. De acordo com informações oficiais, a representatividade média tem sido de apenas 20%, mas com uma tendência decrescente ao longo do tempo (cerca de 18,5% em 2012), provavelmente explicada pela elevada taxa de desemprego: não se cria emprego líquido em quantidade suficiente e a elevada taxa de desemprego puxa os salários para baixo, de acordo com a lei da oferta e da procura.

A solução ou parte da mesma acaba por ser encontrada no mercado informal, uma verdadeira economia de subsistência que pode representar cerca de 33% do PIB em Angola. É um sistema completo e complexo de relações comerciais e financeiras, com ocorrências significativas de solidariedade entre os seus agentes e promotor de emprego. É um modo de produção recheado de pequenas e micro empresas, cujo ciclo de vida é muito curto. O mercado de trabalho do sector informal é dos mais tolerantes, podendo, mesmo, comparar-se ao das economias mais desenvolvidas e liberais do mundo.

A pobreza não se reduz apenas pela via da criação de emprego líquido. É uma parte do caminho, que se não for acompanhada duma melhoria salarial não contribuirá para se diminuir a proporção de cidadãos no limiar da sobrevivência. Em Angola, cerca de 60% da população desfruta de menos de dois dólares por dia para satisfazer as suas necessidades individuais e familiares¹¹. A manutenção dum ritmo de crescimento do PIB não petrolífero de 7% ou 8% ao ano pode não ser suficiente para se alterar aquela proporção de cidadãos pobres.

O salário médio mensal em 2016 foi de cerca de 60000 kwanzas (não mais de 240 dólares ao câmbio médio oficial e menos de USD 160 ao câmbio do mercado informal), o que tem contribuído para o aparecimento duma espécie de “armadilha salarial do crescimento económico”¹². Significa dizer que é capital, crucial e determinante o crescimento significativo da produtividade do trabalho (mas também da produtividade global dos factores de produção, no sentido de Solow).



Na verdade, a produtividade pode ter um papel central no processo de distribuição do rendimento, acompanhado de crescimento económico e diversificação da economia. Tudo depende do valor dos seus ganhos efectivos e do modo como são partilhados entre os factores de produção. Mais salários, conforme argumentei, dependem de maior quantidade de emprego, mas melhores salários estão indexados a incrementos reais e efectivos na produtividade. Por isso, a modernização da economia é indispensável para se poder competir no mercado internacional pela via da eficiência (elevados níveis de produtividade) e de salários altos.

¹¹ Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.

¹² Angola não tem competitividade externa suficiente para que as exportações não petrolíferas possam substituir a procura interna.

Organização empresarial, cultura empresarial, solidariedade empresarial, solidariedade empresários-trabalhadores¹³, qualidade e qualificação do capital humano, burocracia “amiga” dos cidadãos e da economia, justiça não obstrutiva, igualdade no acesso à informação (a informação privilegiada cria distorções no mercado de oferta de factores de produção, gerando ineficiências várias) são aspectos cruciais para o aumento da produtividade e a melhoria da competitividade. Esta pode ser obtida por duas vias: a dos salários baixos – incompatível com propósitos de melhorar os níveis de vida dos cidadãos pelo rendimento directo – e a das reformas estruturais. Os processos de ajustamento estrutural nos países da periferia europeia, a braços com crises de défice fiscal e dívida soberana, têm-se centrado na deflação da componente salarial dos custos de produção das empresas. Nos países ricos em petróleo, estes ajustamentos estruturais podem ser feitos por uma via diferente, investindo-se os ganhos financeiros da exportação de petróleo, diamantes e outros recursos não renováveis em infraestruturas humanas e físicas, indutoras do abaixamento do custo de produção das empresas e do aumento do output por unidade de factor de produção, sem deflacionamento dos salários (ou mesmo até com o seu incremento).

Se assim não for, produtividade – emprego – salários podem entrar em rota de colisão com o crescimento, a competitividade e a distribuição do rendimento.

A decomposição do crescimento económico pode ser feita através da equação seguinte (devida a Solow)

$$\text{PIB} = F(\text{Emprego, Produtividade do trabalho, Capital, produtividade do capital, produtividade global dos factores})^{14}$$

Mas o ritmo de crescimento tem outra condicionante que é dada pela capacidade de o financiar (com poupança interna e poupança externa). O modelo de Harrod-Domar relaciona a taxa de crescimento económico com a proporção disponível de poupança e a percentagem necessária de investimento. Quanto mais intensivo em capital for o modelo de crescimento, para uma dada taxa de crescimento do PIB, maior terá de ser a taxa de investimento. Se a taxa de poupança doméstica for baixa (poupança do Estado, das famílias e das empresas), então só resta o recurso à poupança externa (investimento estrangeiro e empréstimos) com determinados riscos associados, como perda do controlo da soberania nacional.

¹³ Os lucros dependem da qualidade do trabalho, do engajamento dos trabalhadores e da sua capacidade de criarem uma indivisibilidade da procura (no sentido de Rosentein-Rodan) necessária para o crescimento da economia.

¹⁴ É a conhecida função de produção de Cobb-Douglas em que o termo independente pode, justamente, designar a produtividade global dos factores, englobando o progresso tecnológico e as combinações entre trabalho e capital. A produtividade total dos factores depende do stock de capital humano (educação), do coeficiente de diversificação da economia, do coeficiente de transferência da mão-de-obra para sectores e actividades de alta produtividade, do coeficiente de abertura da economia e do prémio do mercado negro.

A relação entre crescimento e investimento depende, neste modelo, da intensidade capitalística dos processos de produção, medida pelo conhecido coeficiente de capital ou ICOR¹⁵.

Existirá do ponto de vista económico uma repartição/distribuição justa do rendimento nacional? Fornece-nos a Teoria Económica instrumentos para se estudar a afectação do produto nacional líquido ao custo dos factores?

Harvey Rosen defende que abordagens relacionadas com uma repartição correcta do rendimento nacional não podem ser respondidas pela Teoria Económica: *“Notions concerning the “right” income distribution are value judgments, and there is no “scientific” way to resolve differences on ethical matters”*¹⁶.

A Doutrina Social da Igreja Católica tem um pensamento elaborado sobre o que deve ser uma distribuição justa do rendimento da sociedade e sobre o que deve ser um salário merecido. Mas o essencial destas reflexões tem como aspecto nuclear a solidariedade (presente e futura) entre as classes sociais e não as leis económicas reguladoras do funcionamento dos mercados de alocação e retribuição dos factores de produção. Ou seja, devem ser os critérios de eficiência económica a regular a distribuição do produto pelos factores de produção intervenientes no processo social de produção económica.

Os mercados e os seus mecanismos de funcionamento estão, muitas vezes, inquinados pelas conhecidas “falhas de mercado” e a própria Teoria do Bem-Estar Económico – habitualmente usada para estudar os fundamentos dos processos de distribuição do rendimento nacional – não aceita a eficiência económica como único critério para atribuir quotas do rendimento nacional aos diferentes factores de produção. Na realidade, a eficiência económica por si mesma revela-se como um padrão normativo inadequado. Outros critérios devem igualmente figurar na matriz de entradas de factores de produção e de saída das respectivas remunerações quando se comparam alocações alternativas de recursos. Evidentemente que se encontram colocações ortodoxas em favor da eficiência como critério de excelência para a distribuição do rendimento, mas esta posição não deixa de em si mesma conter um juízo de valor (preferência pela eficiência do que por outros critérios).

Outra matéria de relevância é se os Estados/Governos se devem envolver nos processos de distribuição/redistribuição do rendimento nacional. Algumas das mais importantes tradições de filosofia política sugerem que estas entidades não devem desempenhar nenhum papel na redistribuição. No entanto, por mínima que seja a sua intervenção decorrem sempre efeitos sobre a distribuição¹⁷. Por exemplo, no processo de aquisição de meios de funcionamento das instituições do Estado ao dar-se preferência a uma firma em detrimento de outra, está-se a influenciar a repartição do rendimento (a empresa vencedora do concurso verá as suas receitas acrescidas e

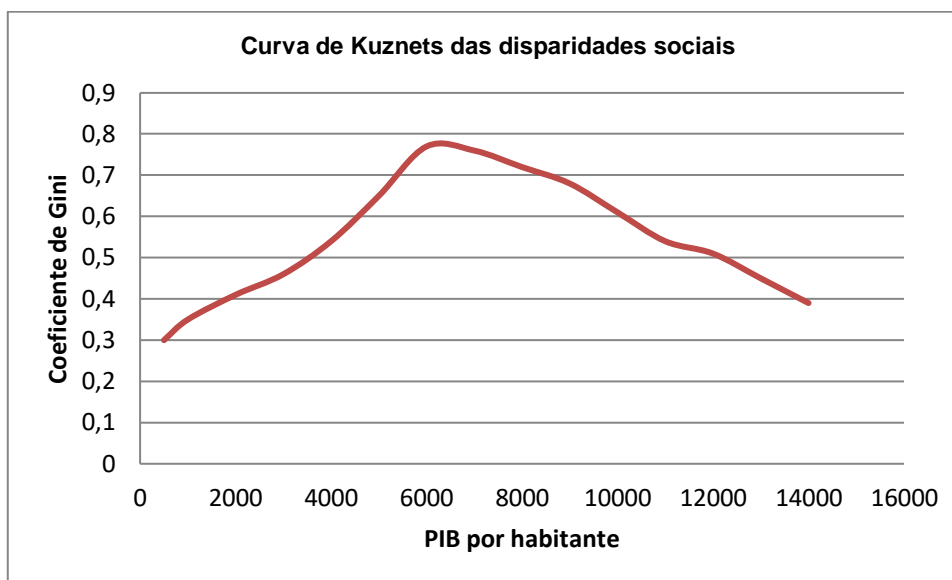
¹⁵ Para um ICOR de 2,5 (produtividade média do capital em Angola), necessita-se duma taxa de investimento de 7,25% só para cobrir os custos de reprodução da população.

¹⁶ Rosen, S. Harvey and Ted Gayer – Public Finance, McGraw Hill International Edition 2008.

¹⁷ Rosen, S. Harvey and Ted Gayer – Op.cit.

também os lucros dos seus proprietários). Mas o mais clássico da influência do Estado é pela via da tributação fiscal.

O desenvolvimento e a distribuição dos rendimentos e da riqueza foi primeiramente tratado por Simon Kuznets, em 1955, na sequência de uma série de observações sobre a evolução das desigualdades sociais nos Estados Unidos¹⁸. Estes estudos culminaram com a construção de uma figura geométrica denominada Curva de Kuznets ou U-invertido: à medida que o crescimento económico ocorre desenha-se uma tendência para a diminuição das disparidades na distribuição de rendimentos e riqueza. Nas fases iniciais, a curva de Kuznets aponta para um agravamento destas desigualdades (são os mais ricos quem primeiro beneficiam do crescimento), mas à medida que o crescimento se torna mais extensivo (envolvendo mais sectores e regiões) e mais inclusivo (abrangendo mais pessoas, mais emprego e mais factores nacionais), o efeito contágio (também denominado “efeito escoamento” ou “spillover effect”) aparece. Graficamente, esta curva apresenta-se como uma relação entre o coeficiente de Gini e o valor do PIB por habitante.



No entanto, a relação entre as desigualdades sociais e o crescimento económico continua a ser muito contestada, nomeadamente nos países em desenvolvimento¹⁹. As evidências empíricas têm demonstrado existir uma relação estreita e inversa entre democracia e disparidades sociais (mais democracia e menos desigualdades). Nas sociedades politicamente autoritárias, com baixos índices de transparência e altos níveis de corrupção (em particular das elites políticas) as disparidades sociais tendem a agravar-se mesmo com a subida do rendimento por habitante propiciada pelo crescimento económico. Cabo Verde e Botswana são verdadeiros casos de estudo neste

¹⁸ Kuznets, Simon – Economic Growth and Income Inequality, American Economic Review, nº49, 1955.

¹⁹ Os Estados Unidos da América são, do ponto de vista histórico, o país-exemplo da curva de Kuznets. No entanto, os mais críticos desta relação entre crescimento económico e redução das desigualdades rejeitam a sua generalização, afirmando a sua especificidade em relação a alguns países e em determinadas condições (Beat Burgenmeir – A Economia do Desenvolvimento Sustentável, Instituto Piaget, 2005).

domínio da redução das disparidades sociais através de mais crescimento, mais democracia, mais transparência e menos corrupção. O coeficiente de Gini varia entre 0,45 e 0,47 para Cabo Verde e entre 0,39 e 0,42 para o Botswana e o índice de democracia é de 7,92 e 7,63 respectivamente²⁰. As Maurícias, com um índice de Gini de 0,38²¹, são classificadas no índice de democracia como uma democracia plena, respeitadora dos valores da transparência e da boa governação²². A África do Sul tem-se aproximado do funcionamento pleno da sua democracia, mas apresenta, por enquanto, valores ainda elevados do Índice de Gini, explicados, em parte, pelas elevadas taxas de desemprego, em todas as faixas etárias.

De que modo se coloca a questão da sustentabilidade do crescimento económico em Angola? Apesar das reservas levantadas sobre a validade universal da curva de Kuznets, tem-se verificado ou não uma atenuação das desigualdades sociais com o crescimento económico? Não existem estudos sobre esta matéria, mas é seguro que a falta de transparência e a generalizada corrupção têm limitado uma maior extensão do efeito contágio do crescimento económico, tal como no início destas reflexões coloquei.

O sector agrícola tem um papel importante a desempenhar nos processos de distribuição do rendimento nacional. Existem evidências empíricas sobre a correlação entre o crescimento do PIB agrícola e a redução da pobreza e das desigualdades. Dum ponto de vista teórico, a intensidade de mão-de-obra própria dos modelos de produção agrícola explica a maior capacidade deste sector na abordagem dos problemas da pobreza e da distribuição do rendimento²³. A actividade agrícola em África ainda é a grande empregadora de força de trabalho, donde se explica o seu poder de criação e repartição de rendimento. Na África subsariana a percentagem de população economicamente activa no sector agrícola é ainda muito elevada: 72% no período 1999-2001 e 66% em 2011²⁴. Uma diminuição de apenas 6 pontos percentuais em 10 anos indicia uma fraca capacidade de transformação estrutural, baseada na produtividade. Em Angola, este sector de actividade ainda respondia por 69% da população economicamente activa em 2011, contra 72% em 1999-2011, uma redução ainda mais ténue do que na África ao Sul do Sára (exíguos 3 pontos percentuais)²⁵.

Referi-me anteriormente à relação entre crescimento na agricultura e redução da pobreza e melhoria da distribuição do rendimento na África subsariana. Porquê o crescimento do VAB agrícola é mais efectivo nesses aspectos? Uma primeira razão, da própria Teoria Económica, está relacionada com o aumento da produção: maior

²⁰ Democracy Index 2011, Economist Intelligence Unit.

²¹ UNDP – Africa Human Development Report 2012. Angola, numa média para 2000-2010, apresentava um índice de Gini de 0,59.

²² Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca aparecem como democracias plenas, com baixos coeficientes de disparidade social (0,26) e elevados indicadores de transparência e boa governação.

²³ Com as reservas inerentes à necessidade de se aumentar a sua produtividade e de libertação de força de trabalho para os restantes sectores de actividade, num processo coerente e convergente de transformações económicas estruturais (ver Alves da Rocha – As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana 2000-2010, Editora Mayamba, 2013).

²⁴ UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.

²⁵ UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.

disponibilidade de produtos agrícolas pode torná-los mais baratos e assim permitir um acesso mais alargado da população na satisfação de necessidades alimentares (redução da fome e aumento da segurança alimentar)²⁶. Uma segunda razão relaciona-se com a maior disponibilidade de terra existente na África subsariana e a sua relativa melhor distribuição – em comparação, por exemplo, com a América Latina: sendo a terra o principal activo dos camponeses e da população pobre, disponibilidade e acesso concorrem para o aumento da produção e a distribuição do rendimento. A última razão está ligada ao tipo de unidades agrícolas existentes de médio e pequeno porte, muito mais requerentes de mão-de-obra.

Estudos conduzidos pelas Nações Unidas demonstram a maior eficácia da agricultura no combate contra a pobreza²⁷.

ENCADEAMENTO CRESCIMENTO AGRÍCOLA/REDUÇÃO DA POBREZA

AGRICULTURA	EFEITOS	POBREZA	OUTROS SECTORES
Crescimento da produtividade agrícola	É 2,9 vezes mais efectiva	No incremento do rendimento médio dos 20% mais pobres	Do que o crescimento nos sectores não agrícolas
Crescimento do PIB agrícola per capita	É 2,7 vezes mais efectivo	Na redução da extrema pobreza	Do que o crescimento nos sectores não agrícolas
Crescimento PIB agrícola	É 2,9 vezes mais efectivo	Na redução da pobreza extrema	Do que crescimento na indústria transformadora
Crescimento PIB agrícola	É 3 vezes mais efectivo	No aumento das despesas familiares dos mais pobres	Do que o crescimento nos sectores não agrícolas
Crescimento PIB agrícola	É 4 vezes mais efectivo	Na redução da taxa de extrema pobreza	Do que o crescimento nos sectores não agrícolas
Crescimento PIB agrícola	É 1,3 vezes mais efectivo	Na redução da pobreza abaixo de dois dólares diários	Do que o crescimento nos sectores não agrícolas

FONTE: UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.

Existem evidências empíricas que mostram que a ligação entre crescimento da produtividade e redução da pobreza é mais forte quando o crescimento da produtividade e o aumento do emprego ocorrem simultaneamente. De tal modo que, para determinar o crescimento de emprego e a produtividade, é necessário avaliar se o processo de desenvolvimento ocorre na melhor direcção. Além do mais, incrementos da produtividade, normalmente, influenciam numa forma positiva os ambientes sociais e económicos, por sua vez, levando à redução da pobreza através do investimento, de mudanças sectoriais, do incremento do comércio, do progresso tecnológico e da melhoria e aumento da cobertura da segurança social.

²⁶ De acordo com a Lei de Engel, a população pobre tem um coeficiente mais elevado de afectação do seu rendimento aos produtos alimentares.

²⁷ UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.

Evidentemente que aumentos da produtividade não garantem automática e linearmente melhorias naquelas áreas. Mas o que é evidente é que sem aumentos de produtividade melhorias nas condições de trabalho são menos propensas a ocorrer.

No geral, uma economia com aumentos limitados de produtividade, contempla menores aumentos salariais dos trabalhadores e não tem potencial adicional para criar novos postos de trabalho²⁸.

São relativamente abundantes os estudos sobre desigualdade de rendimento efectuados por eminentes economistas que se preocupam com as disparidades mundiais e dentro dos países. Joseph Stiglitz é um deles²⁹, assim como Jeffrey Sachs³⁰, Thomas Piketty³¹, Anthony Atkinson³² e outros académicos se têm debruçado sobre esta importante problemática social e política³³. Se por um lado, têm sido obtidas evidências empíricas positivas sobre a verificação da hipótese de Kuznets, por outro, várias infirmações da curva invertida da repartição do rendimento têm, igualmente, sido obtidas. Ou seja, está-se perante um fenómeno que ainda não se encontra devidamente confirmado em todo o mundo. No entanto, estudos com séries históricas longas nos países desenvolvidos apresentam um coeficiente de correlação elevado entre distribuição do rendimento (representado pelo índice de Gini) e o crescimento económico. Os parâmetros de regressão apresentam-se igualmente com aceitáveis padrões de representatividade validados por diferentes testes estatísticos.

Rareiam os estudos sobre distribuição do rendimento em África, embora se continue com a sensação de que os seus países, em particular os economicamente mais representativos, são dos mais desiguais. Sobretudo os que assentam as suas estratégias de crescimento nos sectores de enclave e que praticam um modelo de repartição rentista, com uma elite privilegiada a aceder aos rendimentos procedentes da exploração dos recursos naturais não renováveis.

Cassandro Mendes (da Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo verde) e Olugbenga Adesida elaboraram um estudo aplicado sobre os países da

²⁸ Como se verá mais adiante, em Angola e particularmente depois do fim da guerra civil, os ganhos anuais de produtividade têm sido interessantes, não sendo, no entanto, correcto, sem uma análise mais profunda, inferir-se que os empregos criados se devem a esta evolução favorável da produtividade. Por um lado, os valores absolutos da produtividade ainda são muito baixos – várias vezes menos em relação à África do Sul e muitas vezes menos relativamente aos Estados Unidos e à União Europeia – e as discrepâncias sectoriais e territoriais internas representam um sério entrave à diversificação dos investimentos privados. Os investimentos públicos – cuja taxa de retorno é relativamente baixa em termos de eficácia e eficiência económica e de utilidade social (ver Alves da Rocha – *As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana*, Mayamba Editores, Agosto de 2013) – enfermam do mesmo defeito da desproporcionalidade (sobretudo territorial), contribuindo para acentuar, em vez de diminuir, as diferenças de rendibilidade dos sectores e das actividades económicas (ver Alves da Rocha, *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola*, CEIC/UCAN, 2ª Edição, 2010).

²⁹ Joseph Stiglitz - *The Price of Inequality*, W. W. Northen Company, 2013

³⁰ Jeffrey Sachs – *Common Wealth: Um Novo Modelo para a Economia Mundial*, Casa das Letras 2008 e “*O Fim da Pobreza (como consegui-lo na nossa geração)*”, Casa das Letras 2005.

³¹ Piketty, Thomas – *O Capital (no século XXI)*, Éditions de Seuil, 2014

³² Atkinson, Anthony B – *Desigualdade, O Que Fazer?* Bertrand Editora, 2016

³³ J. List and C. Gallet – *The Kuznets Curve: What Happens After the Inverted-U?*, *Review of Development Economics*, 2012, Wiley Blackwell 3, 200-206.

África subsariana para descobrirem se a Curva de Kuznets tem validade empírica³⁴. Este estudo abarcou 43 países e um período de mais de 20 anos (1980-2000).

Os ajustamentos econométricos basearam-se nos dois seguintes modelos:

MODELO QUADRÁTICO

$$\text{Gini}_{it} = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 Y^2 + \varepsilon_{it}$$

Onde β_i são os parâmetros de regressão entre o índice de distribuição do rendimento e o crescimento económico (PIB = Y ou mesmo PIB per capita, em termos nominais ou de paridade do poder de compra) e ε_{it} o erro residual entre as variáveis ajustadas.

MODELO CÚBICO

$$\text{Gini}_{it} = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 Y^2 + \beta_3 Y^3 + \varepsilon_{it}$$

Os resultados obtidos são interessantes e podem ser resumidos do seguinte modo:

- a) O modelo quadrático não explica nada, ou seja, nos 43 países da África subsariana não foram, por seu intermédio, identificadas evidências entre o coeficiente de Gini e o crescimento económico.
- b) Já o modelo cúbico consentiu uma correlação entre as variáveis em estudo com coeficientes estatísticos aceitáveis e relevantes para a análise económica.
- c) A conclusão geral é: mesmo nas economias africanas da África subsariana mais desenvolvidas a desigualdade tem aumentado à medida que o rendimento médio por habitante aumenta, ou seja, o crescimento económico não tem sido um factor de diminuição das desigualdades económicas e sociais entre a população.
- d) Os autores determinaram que o “*turning-point*” (nível de rendimento médio por habitante a partir do qual passa a existir uma relação amigável entre crescimento económico e melhoria significativa e sustentável das condições de vida dos cidadãos) se situa entre 13000 e 14000 dólares).

Esta conclusão é relevantíssima para Angola:

- a) O PIB por habitante em 2016 foi de apenas 3500 dólares³⁵, 10500 dólares menos do que o limite superior do intervalo anterior.

³⁴ Mendes, Cassandro e Olugbenga Adesida – Income inequality and economic development: evidence from Sub-Saharan African Countries, Economics Bulletin, Volume 33, Issue 2, June 2013.

³⁵ CEIC – Relatório Económico 2016.

- b) Para se atingir o “*turning point*” ou se incrementa substancialmente a taxa de crescimento do PIB – de acordo com as últimas previsões do FMI, a taxa média anual de crescimento do PIB poderá ser da ordem dos 1,5% até 2022, ou então,
- c) A uma taxa de variação do PIB por habitante de 2,2% (admitindo-se uma taxa de crescimento médio do PIB de 5,5%³⁶ e de variação demográfica de 3,2% ao ano³⁷) serão necessários 40 anos para se encontrar o ponto de ruptura da excessiva concentração do rendimento no país. Naturalmente que se tratam de projecções lineares (tudo o resto permanecendo constante), mas este tipo de exercício tem a enorme vantagem de pôr a descoberto a amplitude dos fenómenos e de identificar a verdadeira natureza dos problemas. O aumento do PIB por habitante depende directamente da quantidade de crescimento económico conseguida e do controlo/estímulo da natalidade, parcialmente controláveis em alguns dos seus aspectos e fundamentos. Mas a sua distribuição pode ser negativamente influenciada pelas falhas de mercado (repartição primária ou do rendimento base) e pelo modelo existente quando privilegia a classe política e empresarial dominante. Nestas circunstâncias e no caso de Angola, se não forem 40 anos (e seguramente em termos reais não serão) poderão ser 20 anos, se, entretanto, forem “concedidas” cedências significativas na diminuição dos excessos de concentração do rendimento e da riqueza. A dúvida está em se a classe política em exercício do poder está, de facto, interessada em ceder privilégios e alterar os mecanismos estabelecidos que enviesam e dificultam um acesso mais generalizado e equitativo ao rendimento nacional. É por isto que aspectos como a descentralização administrativa, a criação das autarquias e o verdadeiro exercício da democracia tal como contemplado na Constituição da República se afiguram determinantes para o processo de repartição dos rendimentos e da riqueza no país.

Angola ocupa as piores posições em todos os *rankings* internacionais sobre a desigualdade económica e social. Ainda não nos envergonhamos com este facto, tal é a ansiedade de, mesmo em crise financeira e económica, se acrescerem os pecúlios monetários e os activos imobiliários e empresariais duma muito pequena porção da população. A desproporção de rendimentos, e especialmente de riqueza, é abissal em Angola. O valor do Índice de Gini, os valores do Índice de Desenvolvimento Humano, o formato da Curva de Lorenz, o poverty headcount ratio e os valores do IBEP 2008/2009 expressam-no com meridiana clareza.

Uma das notas mais salientes do IBEP é a profunda diferença entre o mundo rural e o mundo urbano. Qualquer que seja o atributo de análise, a economia e a sociedade rural colocam-se a muitos pontos de distância da sociedade urbana, onde os comportamentos de novo-riquismo se manifestam duma forma contundente. Os

³⁶ IMF – World Economic Outlook April 2014 and Angola – Second Post-Program Monitoring, March 2014.

³⁷ INE – Projecção da População 2009-2015.

indicadores do IBEP que expressam a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para uma concentração de 60% em 20% da população, considerada a menos pobre, significando que esta faixa da população auferiu, em média e em 2008, um rendimento médio mensal de cerca de 1150 dólares. Aos 20% mais pobres, que auferiram 3% do PIB de 2008, coube uma cifra mensal de 63,8 dólares, o que dá bem conta das dificuldades de sobrevivência de cerca de 3,6 milhões de angolanos.

Se os limites de pobreza em Angola fossem os da União Europeia (cerca de 10 euros por dia), então mais de 80% da população angolana cairia na faixa da pobreza. Inclusivamente algumas famílias dos limites inferiores da faixa dos 20% menos pobres poderiam ser apanhadas nas teias da pobreza europeia. Dez euros por dia, ou 11 dólares ao câmbio mais recente, compram muito poucos produtos em Angola. O país não tem apenas um problema de inflação, mas de preços relativos. Os bens, importados ou de produção nacional, são muito caros, não resistindo a comparações internacionais.

O World Development Report 2014 do Banco Mundial (página 301) apresenta uma tabela onde uma das variáveis de caracterização dos países é a *poverty headcount ratio*, cujo valor para Angola é de 77,1%, em 2010, para uma linha de pobreza de 2,5 dólares por dia, em paridade do poder de compra³⁸. Ou seja, se o mínimo para se considerar uma pessoa ou um agregado familiar pobre for de 2,5 dólares por dia, então em Angola existiam mais de 77% de pessoas nessas condições, o que não deixa de ser relativamente consistente com as estatísticas do IBEP para 2009.

A redução da desigualdade em cada país pode conseguir-se utilizando-se instrumentos da política fiscal e da política de previdência e segurança social. Nos estudos do Fundo Monetário Internacional sobre a desigualdade no mundo podem conseguir-se excelentes subsídios para mitigar a desigual repartição do rendimento e da riqueza: *“Fiscal policy has recently gained prominence, both in public debate and in governments’ policy. A reassessment of fiscal policy is taking place, stressing its greater role in fostering sustainable and inclusive growth and smoothing the economic cycle. At the same time, the high uncertainty surrounding the outlook and high levels of public debt require a better understanding and managing of fiscal risks. Therefore, fiscal policy has the difficult task of achieving more and better in a more constrained environment. This issue of the Fiscal Monitor shows how the evolution of the debate on fiscal policy can shed new light on fiscal developments and help frame policy recommendations to countries”*³⁹.

Foi o que o Japão conseguiu depois de 1960, o uso inteligente da combinação fiscalidade/previdência social. Comparando-se o Índice de Gini (medidor da amplitude da desigualdade) sem fiscalidade e com fiscalidade/previdência social verifica-se que entre 1960 e 2016 este país conseguiu ganhos consideráveis sobre o alinhamento inter-classista do rendimento. Um exemplo a conhecer e a seguir.

³⁸ World Bank – *World Development Report 2014*.

³⁹ International Monetary Fund – *Fiscal Monitor, Tackling Inequality*, 2017.

REFERÊNCIAS

- WORLD BANK - World Development Report 2014.
- CEIC – Relatório Económico 2016.
- IMF – World Economic Outlook April 2014 and Angola – Second Post-Program Monitoring, March 2014.
- INE – Projecção da População 2009-2015.
- Joseph Stiglitz - The Price of Inequality , W. W. Northen Company, 2013
- Jeffrey Sachs – Common Wealth: Um Novo Modelo para a Economia Mundial, Casa das Letras 2008 e “O Fim da Pobreza (como consegui-lo na nossa geração)”, Casa das Letras 2005.
- Piketty, Thomas – O Capital (no século XXI), Éditions de Seuil, 2014.
- Atkinson, Anthony B – Desigualdade, O Que Fazer? Bertrand Editora, 2016.
- J. List and C. Gallet – The Kuznets Curve: What Happens After the Inverted-U?, Review of Development Economics, 2012, Wiley Blackwell 3, 200-206.
- Mendes, Cassandro e Olugbenga Adesida – Income inequality and economic development: evidence from Sub-Saharan African Countries, Economics Bulletin, Volume 33, Issue 2, June 2013.
- UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.
- World Bank – *World Development Report 2014*.
- Alves da Rocha – As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana 2000-2010, Editora Mayamba, 2013.
- UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.
- Beat Burgenmeir – A Economia do Desenvolvimento Sustentável, Instituto Piaget, 2005).
- Democracy Index 2011, Economist Intelligence Unit.
- Rosen, S. Harvey and Ted Gayer – Public Finance, McGraw Hill International Edition 2008.
- Kuznets, Simon – Economic Growth and Income Inequality, American Economic Review, nº49, 1955.
- INE – Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009.
- Le Monde (5 Fevereiro de 2013).

- McCarthy, Marilu Hurt – Como os Grandes Economistas Deram Forma ao Pensamento Moderno, Editora Prefácio 2001.
- International Monetary Fund – Fiscal *Policy and Income Distribution*, 2014.
- International Monetary Fund – Fiscal Monitor, Tackling Inequality, 2017.
- Pinho, Manuel A. – Produtividade, o calcanhar de Aquiles da economia portuguesa, Economia Pura, Janeiro/Fevereiro 2002.
- Gordon, Robert – Macroeconomics, Addison Wesley Logman, Inc. 2000.